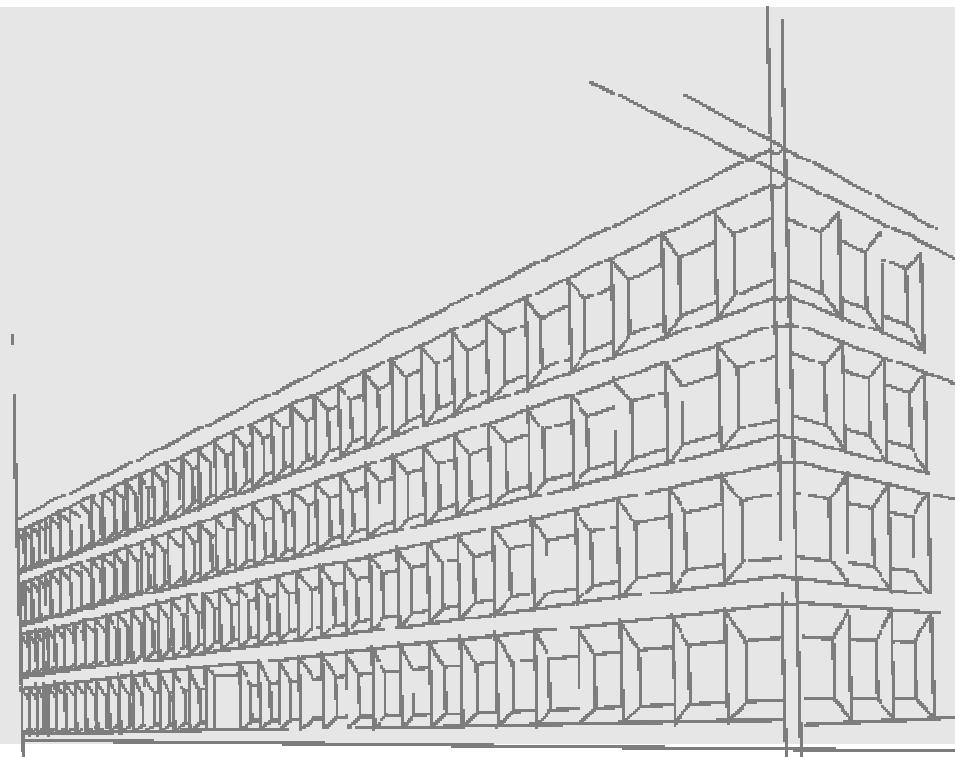
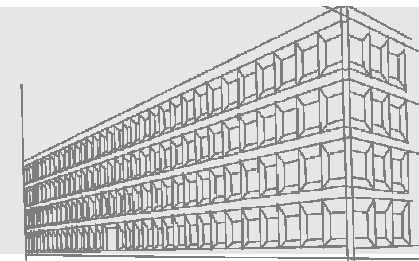


Atuação do TCU no PNRA

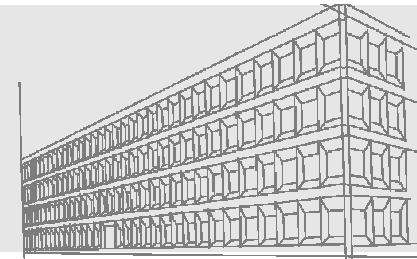


Fiscalizações e Deliberações

Sumário



- Introdução
- Histórico (fiscalizações de 1996 a 2015)
- Auditorias coordenadas e Representação da Unidade Técnica
- Acórdão 1976/2017-Plenário
- Monitoramentos



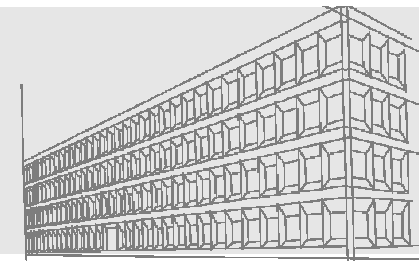
Secretaria-Geral de Controle Externo

Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável

Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

2ª Diretoria da AudAgroAmbiental

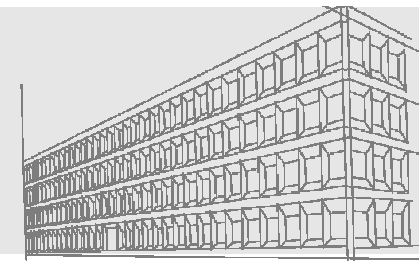
- Cíntia Zaira Messias de Lima, Diretora
- Leonir Bampi, Auditor
- Roberto Eiji Sakaguti, Auditor



Órgão de controle externo do governo federal

Auxilia o Congresso Nacional no exercício do controle externo
(fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial)

Missão: Contribuir para o aperfeiçoamento da AP em benefício da sociedade.



Unidade Técnica

- Contas
- Auditorias
- Representações



Ministro Relator

- Relatório
- Voto



Colegiado

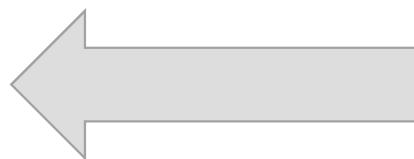
- Acórdão



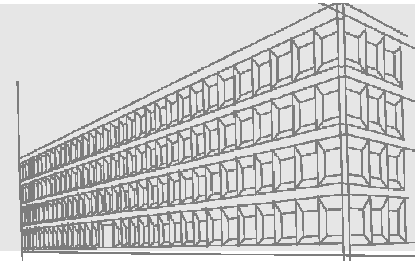
Medidas corretivas

- Determinações
- Recomendações
- Ciências

- Monitoramentos



Atuação do TCU – PNRA (1996 a 2015)



- **Decisão Plenária 750/1998:**

- critérios de classificação e de eliminação dos candidatos da reforma agrária alheios à legislação vigente; deficiência na identificação e adoção de medidas contra ocupantes irregulares de lotes em assentamentos

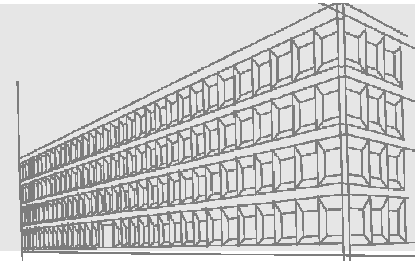
- **Acórdão 557/2004–Plenário:**

- irregularidades na obtenção de imóveis para a reforma agrária; insuficiência de supervisão ocupacional (SO)

- **Acórdão 391/2004–Plenário:**

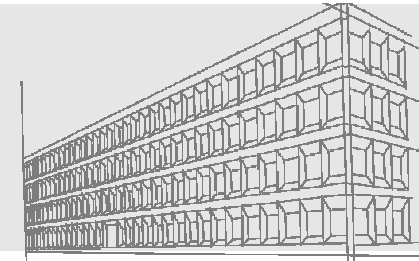
- deficiências na supervisão ocupacional e no acompanhamento dos assentamentos

Atuação do TCU – PNRA (1996 a 2015)



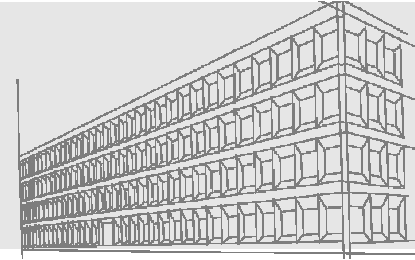
- **Acórdão 753/2008–Plenário (MON do Ac. 391/2004-P):**
 - inadequações nas normas do Incra (favoreciam o descumprimento da ordem de preferência na seleção de beneficiários), falta de transparência na publicação da lista de beneficiários; inconsistência nas informações utilizadas para seleção e manutenção da relação de beneficiários.
- **Acórdão 609/2011–Plenário:**
 - diversos problemas em sistemas do Incra (inclusive no Sipra: inconsistência de dados, perfis de acesso, não rastreabilidade de operações)
- **Acórdão 60/2011–Plenário:**
 - irregularidades na concessão de créditos da reforma agrária

Atuação do TCU – PNRA (1996 a 2015)



- **Acórdão 356/2012–Plenário (proveniente de SCN):**
 - Irregularidades no PA Itamaraty I e II: distribuição de lotes coletivamente, sem demarcação individualizada, mediante processo associativo compulsório; insuficiência de ações para supervisão ocupacional e para implantação/desenvolvimento dos assentamentos
- **Acórdão 2.609/2012–Plenário** (contas do Incra de 2009):
 - inconsistências na lista de beneficiários e deficiências na supervisão ocupacional
- **Acórdão 1.259/2013–Plenário:**
 - irregularidades na seleção de famílias; venda de lotes por parte dos beneficiários
- **Acórdão 4.503/2016–Segunda Câmara:**
 - irregularidades na seleção de famílias, deficiência no planejamento da supervisão ocupacional; existência de ocupações irregulares

Auditorias coordenadas (2015 a 2021)



- **Acórdão 2.028/2015–Plenário:**

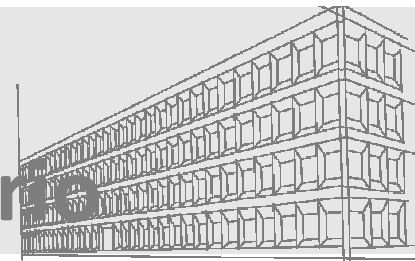
- autorizou a realização de fiscalização pelas unidades regionais do TCU, no tema “Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária”:

- AP: Acórdão 442/2021–Plenário
- GO: Acórdão 2.427/2020–Plenário (recurso)
- MS: Acórdão 1.952/2019–Plenário
- PA: Acórdão 1.482/2023-Plenário
- RO: Acórdão 2.029/2020–Plenário (recurso)
- RR: Acórdão 2.624/2020–Plenário
- SP: Acórdão 2.028/2020–Plenário (recurso)
- TO: Acórdão 1.768/2020–Plenário



- irregularidades detectadas
- multas aplicadas
- inabilitações para exercício de função pública
- ciência das irregularidades ao Incra

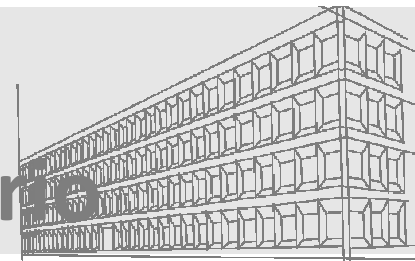
Precedentes do Acórdão 1.976/2017-Plenário



Representação da Unidade Técnica - fundamentos:

- fragilidades sistêmicas na formação da relação de beneficiários do PNRA (atuação TCU no PNRA – 1996 a2015)
- riscos e fragilidades apontados no Acórdão 2.028/2015–Plenário
- irregularidades apontadas nas 8 fiscalizações realizadas nos Estados (auditorias coordenadas)
- indícios de irregularidades em grande número de registros de beneficiários identificados a partir do cruzamento de dados do Sipra com dados de outras bases públicas

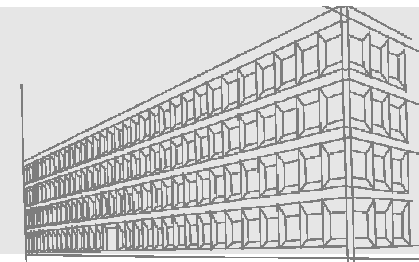
Precedentes do Acórdão 1.976/2017-Plenário



Acórdão 775/2016-Plenário:

- Conheceu a representação
- Determinou, entre outras medidas, a suspensão cautelar:
 - de processos de seleção de beneficiários da reforma agrária
 - do pagamento de créditos e da remissão de dívidas a beneficiários com indícios de irregularidades
 - do acesso desses beneficiários a outros benefícios concedidos em função do PNRA
 - dos serviços de Ater a pessoas físicas que não constavam da RB do projeto de assentamento

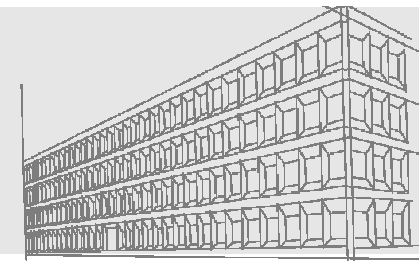
Fundamentos do Acórdão 775/2016-P



I. Irregularidades na seleção de beneficiários/RA:

- ausência de ampla divulgação da abertura do processo de seleção
- não garantia do cumprimento dos critérios legais de priorização (Lei 8.629/93)
- processo de inscrição direcionado a famílias indicadas por movimentos sociais/associações
- existência de beneficiários que não atendiam aos requisitos do programa
- descumprimento dos princípios do contraditório e da ampla defesa no processo de seleção
- ausência de motivação nos casos de candidatos eliminados
- não indicação da ordem de classificação na publicação do resultado
- ausência de formalização de contrato de concessão de uso

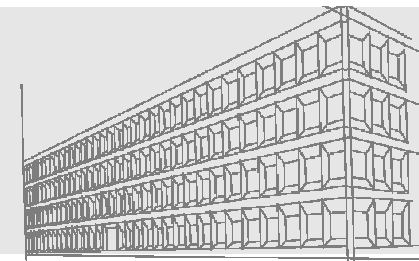
Fundamentos do Acórdão 775/2016-P



II. Irregularidades na manutenção da Relação de Beneficiários/RA:

- ausência de adequada supervisão ocupacional
- ausência de planejamento formalizado para realização de fiscalizações
- ausência e/ou deficiência na identificação de situações irregulares em PA
- inconsistências na base de dados do Sipra em relação aos dados informados pelos beneficiários
- recorrência dos casos acima descritos em várias SR do Inkra

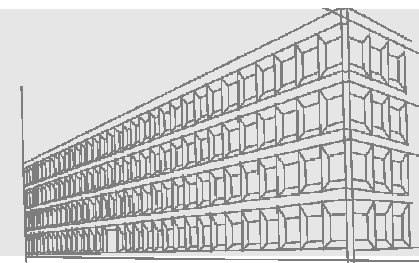
Fundamentos do Acórdão 775/2016-P



III. Índícios de irregularidades – cruzamento de bases de dados:

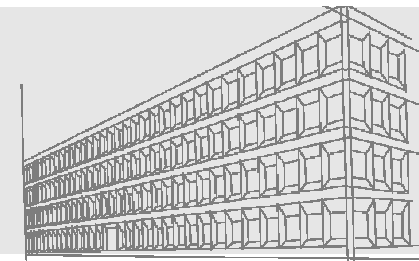
- 62.619 indícios de irregularidades na seleção de beneficiários
- 701.961 indícios de irregularidades na manutenção da RB

Acórdão 775/2016-Plenário - Voto



Irregularidade por unidade familiar	Ocorrências <u>antes</u> da data de homologação		Ocorrências <u>depois</u> da data de homologação		Ocorrências sem informação de data	Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	Quantidade
Descrição						
Concessão a pessoas já contempladas na PNRA	0	0%	0	0%	23.197	23.197
Idade inferior a 18	0	0%	0	0%	2.117	2.117
Proprietários com área maior 1 modulo rural	0	0%	0	0%	841	841
Servidores públicos	40.008	28%	104.344	72%	269	144.621
Empresários	16.022	26%	45.942	74%	1	61.965
Estrangeiros	0	0%	0	0%	213	213
Aposentados por invalidez	2.573	26%	7.301	74%	0	9.874
Maus antecedentes	15	7%	203	93%	0	218
Titulares de mandatos eletivos	11	1%	1.006	99%	0	1.017
Falecidos	1.151	3%	36.817	97%	29	37.997
Renda superior a 3 SM*	1.064	4%	20.374	76%	5.380	26.818
Renda superior a 20 SM* – alta renda	0	0%	139	69%	63	202
Portador de deficiência física ou mental	1.775	17%	4.926	47%	3.878	10.579
Residem em município diferente do que se localiza seu PA	0	0%	363.111	100%	0	363.111
Local do lote fora do Estado de Residência	0	0%	61.495	100%	0	61.495
Sinais exteriores de riqueza - veículos alto valor	0	0%	0	0%	19.393	19.393
Total	62.619	9%	584.024	83%	55.318	701.961
Total sem duplicidades						578.547

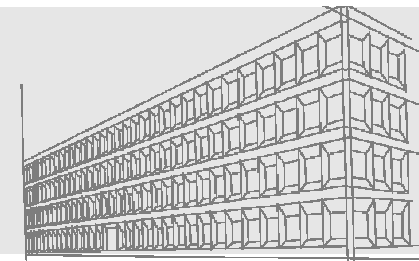
Fundamentos do Acórdão 775/2016-P



IV. Efeitos potenciais da continuidade dos indícios de irregularidades:

- Prejuízos financeiros:
 - R\$ 2,83 bilhões: R\$ 89,3 milhões (curto prazo); R\$ 2,74 bilhões (médio prazo)
 - custos adm/judiciais para retomada de lotes irregularmente ocupados
 - remissão de créditos da RA (R\$ 6,1 milhões) para beneficiários com indícios de irregularidade
- Custo de oportunidade:
 - imóveis cujos beneficiários apresentam indícios de irregularidade (R\$ 159 bilhões) poderiam:
 - estar ocupados com beneficiários regulares
 - reduzir custos com aquisição de imóveis para RA e criação de novos PA

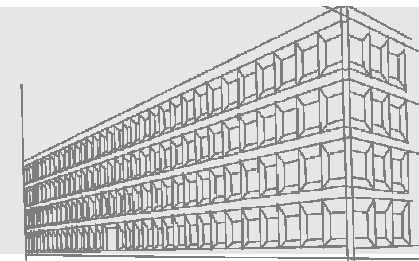
Fundamentos do Acórdão 775/2016-P



IV. Efeitos potenciais da continuidade dos indícios de irregularidades:

- Outros efeitos:
 - possibilidade de seleção irregular de cerca de 120 mil novos beneficiários
 - lesão aos direitos de candidatos que atendem aos critérios de seleção
 - acesso de beneficiários potencialmente irregulares a vários outros benefícios e políticas públicas

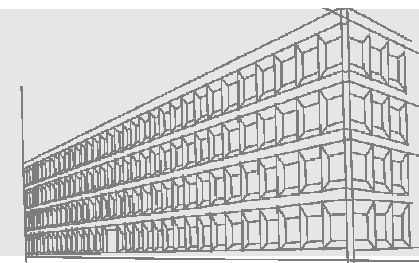
Acórdão 1.976/2017-Plenário - mérito



O TCU, na apreciação do mérito:

- considerou parcialmente procedente a representação
- assinou prazo para anulação dos processos de seleção irregulares
- encaminhou determinações e recomendações, principalmente ao Inbra
- revogou a medida cautelar
- determinou a instauração de processo apartado para análise das alegações de defesa dos responsáveis ouvidos em audiência (em fase recursal - TC 001.526/2017-0)

Acórdão 1.976/2017-Plenário - mérito

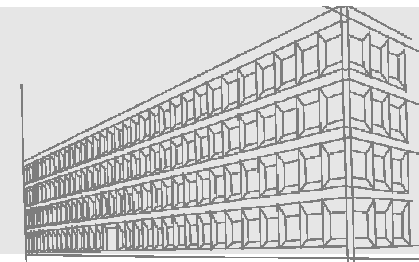


Principais medidas determinadas para a correção das irregularidades:

a) quanto ao processo de seleção de beneficiários:

- ampla divulgação da abertura
- inscrições por meio de processo aberto (abster-se de listas fechadas de indicados por atores alheios)
- obediência estrita aos critérios de priorização
- motivação e publicidade para os casos de eliminação de candidatos
- ampla divulgação do resultado dos processos
- adaptações necessárias ao Sipra (classificação dos beneficiários)
- rigorosa avaliação das inconsistências dos dados em relação aos dados informados pelos beneficiários

Acórdão 1.976/2017-Plenário - mérito

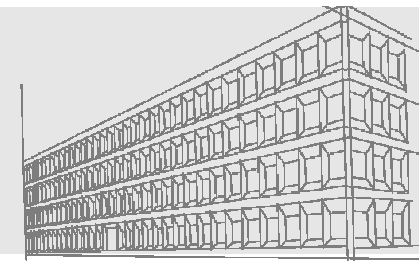


Principais medidas determinadas para a correção das irregularidades:

b) quanto a aspectos de gestão estratégica:

- contínuo planejamento das ações de SO nas superintendências regionais
- regular dinâmica de monitoramento das ações de SO realizadas por suas SR;
- busca de maior eficiência e eficácia na reintegração de lotes da reforma agrária irregularmente ocupados;
- desenvolvimento de indicadores para a aferição dos resultados apresentados pelos PA, sob o prisma da eficiência, eficácia e efetividade da política;

Acórdão 1.976/2017-Plenário - mérito

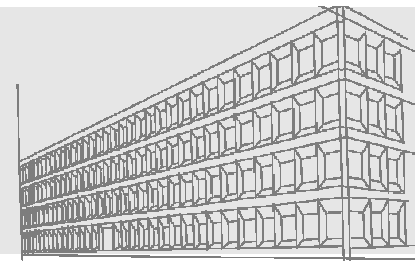


Principais medidas determinadas para a correção das irregularidades:

c) quanto aos créditos da reforma agrária:

- manutenção da suspensão da remissão dos créditos para os beneficiários com indícios de irregularidade (art. 3º da Lei 13.001/2014)
- observação das orientações para o saneamento dos indícios de irregularidades e o seu tratamento quando confirmados ou não.

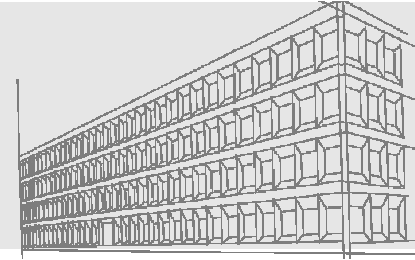
Acórdão 1.976/2017-Plenário - mérito



Principais medidas recomendadas:

- a) utilização periódica do cruzamento de dados de bases públicas para nortear as ações de SO
- b) estabelecimento de prioridades para a apuração dos indícios de irregularidades
- c) Sead, Incra, Casa Civil, Min. Planejamento: busca de alternativas para viabilizar os meios necessários para que a autarquia cumpra sua missão institucional e, em especial, apure os indícios de irregularidades apontados (reiterado no MON I)

Acórdão 1.976/2017-Plenário – Monitoramentos (2018 a 2028)



Bianual, por dez anos:

- exame da efetividade das medidas apuratórias
- aferição dos resultados apresentados pelos assentamentos, sob o prisma da eficiência, eficácia e efetividade da política de reforma agrária

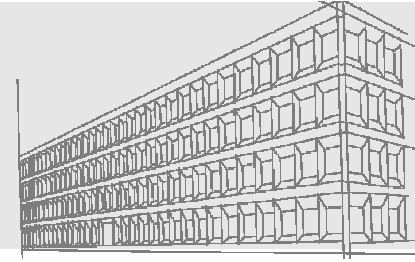
MON I – Acórdão 3.155/2019-Plenário

MON II – Acórdão 169/2023-Plenário

MON III – previsto para 2024

Acórdão 1.976/2017-Plenário

Primeiro monitoramento



Acórdão 3.155/2019-Plenário:

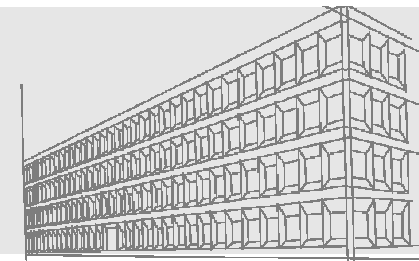
- 5 itens cumpridos: plano de apuração; canal para recebimento de denúncias; plano de providências (Sipra); plano de SO dos indícios; suspensão dos processos de seleção de beneficiários
- Novas determinações/recomendações: 9.7 a 9.10

Acórdão 624/2018-Plenário:

- adequação normativa (da IN Incra 71/2012 e Decreto 8738/2016): cumprido

Acórdão 1.976/2017-Plenário

Primeiro monitoramento



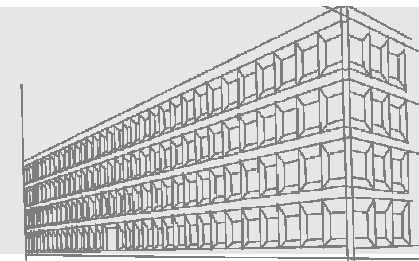
Situação do tratamento dos indícios de irregularidades em 2019:

Anos	DEFERIDO	BENEFICIÁRIO NÃO ENCONTRADO	DEFERIDO POR DECISÃO JUDICIAL	DESBLOQUEIO MASSIVO	INDEFERIDO	NÃO TRATADO	PROBLEMA	TOTAL
2018	61.844	9	6	269.954	5.431	539.721		876.965
2019	98.649	76	24	259.927	2.404	498.172	137	859.389

Casos examinados pelo Inkra: 101.077, de 859.389 indícios de irregularidades (cerca de 12% do total)

Acórdão 1.976/2017-Plenário

Segundo monitoramento

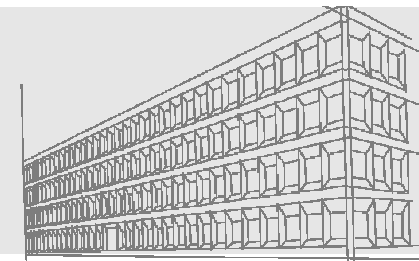


Acórdão 169/2023-Plenário:

- Acórdão 1976/2017-P
 - Nenhum novo item cumprido
- Acórdão 3.155/2019-P (MON I):
 - 1 item cumprido: conceder acesso ao SNSO ao TCU e CGU
 - 1 item parcialmente cumprido: atualização do plano para apuração dos indícios

Acórdão 1.976/2017-Plenário

Segundo monitoramento

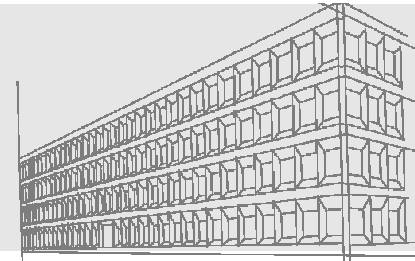


Situação do tratamento dos indícios de irregularidades em 2021:

Anos	DEFERIDO	BENEFICIÁRIO NÃO ENCONTRADO	DEFERIDO POR DECISÃO JUDICIAL	DESBLOQUEIO MASSIVO	INDEFERIDO	NÃO TRATADO	PROBLEMA	TOTAL
2018	61.844	9	6	269.954	5.431	539.721		876.965
2019	98.649	76	24	259.927	2.404	498.172	137	859.389
2020	115.092	88	28	257.371	3.794	480.496	134	857.003
2021	136.384	111	30	254.415	5.992	457.638	130	854.700

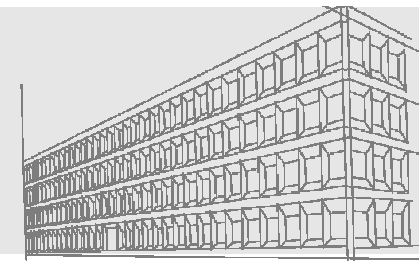
Casos examinados pelo Incra: 142.406, de 854.700 indícios de irregularidades (cerca de 16,66% do total)

Outros processos correlatos



- Acórdão 624/2018-Plenário: representação em virtude de possíveis irregularidades na aplicação dos arts. 25, 26, 29 e 31 do Decreto 8.738/2016, que tratam da concessão e titulação de lotes da reforma agrária pelo Incra, bem como da demarcação de projetos de assentamentos com áreas coletivas
- Acórdão 438/2021-Plenário: representação em virtude da continuidade dos processos de obtenção de recursos fundiários para a reforma agrária, mesmo com a existência de mais de 205 mil lotes vagos em projetos de reforma agrária existentes e 580 mil beneficiários com indícios de irregularidade em todo o País
- Acórdão 1.770/2020-Plenário: representação em virtude de possíveis irregularidades na concessão e titulação de lotes da reforma agrária pelo Incra em todo o País

Outros processos correlatos



- Acórdão 1.320/2020-Plenário: denúncia acerca de indícios de irregularidade na gestão de assentamentos para a reforma agrária pela Superintendência Regional do Incra no Estado do Tocantins
- Acórdão 1.768/2020-1ª Câmara: representação para apurar os resultados insatisfatórios na prestação de serviços de Ater
- Acórdão 2.713/2022-Plenário: Auditoria de governança da tecnologia e segurança da informação no Incra

FIM

2/8/2023

